



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Rocha, Daniel Albuquerque; Santos, Henrique Mendes dos; Silva, Edilma Soares da
Habitação Social entre construções e remoções: o caso da Vila do Vintém e
de Guadalupe na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 a 1960
O Social em Questão, vol. 1, núm. 53, 2022, Mayo-Julio, pp. 65-86
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio De Janeiro, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552270452003>

- Como citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Habitação Social entre construções e remoções: o caso da Vila do Vintém e de Guadalupe na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 a 1960

Daniel Albuquerque Rocha¹

Henrique Mendes dos Santos²

Edilma Soares da Silva³

Resumo

O contexto pós segunda guerra marca uma série de preocupações com a questão habitacional. No Brasil, formas particulares de construção de moradia popular chama a atenção, pois se, por um lado, encontramos a ação do Estado atuando na construção de habitações, por outro verificamos uma política remocionista que caracterizou o período. Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira em uma mesma zona, a política de habitação era desenvolvida em um ambiente de construções e remoções, como no caso de Realengo, bem como visa identificar a experiência da Fundação Casa Popular no próximo bairro de Guadalupe, na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1960.

Palavras-Chave

Habitação; Favela; Estado.

Social housing between constructions and removals: the case of Vila do Vintém and Guadalupe in the city of Rio de Janeiro between the 1940s and 1960s

Abstract

The post war context marked a series of concerns with the housing issue. In Brazil, particular forms of popular housing construction draw attention, for if on the one hand we find the State acting in the construction of housing, on the other hand we verify a removalist policy that characterized a period. Thus, this article aims to analyze how in the same neighborhood, housing policy was developed in an environment of construction and removals, as in the case of Realengo, as well as aims to identify the experience of the Popular House Foundation in the neighborhood of Guadalupe, in the city of Rio de Janeiro between the 1940s and 1960s.

Keywords

Housing; Favela; State.

Artigo recebido: novembro de 2021

Artigo aprovado: janeiro de 2022

Introdução

A partir da década de 1930, o Brasil vive um novo período, econômico, social e político. No campo econômico, apresenta-se uma ampliação do mercado interno, consequência do crescimento populacional e da expansão de suas necessidades, além do impulso ao processo de industrialização que iria dominar o país nas décadas seguintes. Verifica-se também o reconhecimento da questão social enquanto caso de política, sendo criada importante legislação social que procurava mediar a relação entre capital e trabalho. Ao mesmo tempo, o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1964 é reconhecido por alternar regimes democráticos e ditatoriais, estes marcados por processos de instabilidade política.

A realidade histórica traz a tona a existência de habitações precárias no país, por isso a tentativa de dissociar o controle sanitário e a atuação policial repressiva da moradia da classe trabalhadora pobre passa a ser repensada ao final da década de 1930 (Feldman, 2014). No que diz respeito à habitação social, foco deste artigo, pretende-se analisar, a partir do debate sobre habitação popular na região do *subúrbio carioca*; as intervenções realizadas pelo Estado Brasileiro tendo como foco áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, sobretudo no período pós-segunda-guerra. O artigo analisa a política de habitação social nessas áreas, onde inicialmente abordaremos a construção do conjunto do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) e a luta por moradia envolvendo os moradores da Vila do Vintém, ambos situados no bairro de Realengo, e em Guadalupe na Zona Norte, onde houve a atuação da Fundação da Casa Popular⁴, deixando explícito que se por um lado tivemos um Estado comprometido com a construção de moradias, por outro atuava na remoção e destruição de habitações populares.

Margeado pela Avenida Brasil ao norte e pela Estrada de Ferro Central do Brasil ao sul, Realengo está situado no subúrbio, mais precisamente na Zona Oeste carioca. Tem como vizinhos os bairros de Bangu, Padre Miguel e Deodoro, também situados na Zona Oeste e Guadalupe, este último localizado na Zona Norte. No que diz respeito a origem do termo que dá nome ao local duas versões merecem destaque: a primeira delas seria a de que o nome Realengo seria na verdade uma abreviação do nome Real Engenho, gravado nas placas que indicavam os caminhos para o bairro, já a segunda versão indica que o nome Realengo é uma variação do nome terras realengas, ou seja, terras que a priori eram “reais” e “sem dono”, pois pertenciam a coroa portuguesa e poderiam ser apreendidas como de “uso público” (MANSUR,2009; VIANNA,2010).

O lugar ganha importância a partir de 1811 com a fundação da academia militar por D.João VI. Tanto a escola militar como a fábrica de cartuchos, criada em 1898, acabaram por impulsionar as atividades econômicas na localidade, sobretudo nos anos 1920 e 1930, já que a freguesia era constituída por funcionários que ali trabalhavam. A eletrificação da Estrada de Ferro em 1937, que possibilitou o deslocamento em massa dos moradores dessa região para a área central da cidade, e a inauguração do conjunto do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), em 1943, também são momentos marcantes⁵.

Guadalupe tem sua origem no desdobramento das glebas da antiga fazenda da Boa Esperança na Freguesia de Irajá. Cravado nos limites do que hoje denominamos Zona Norte do Rio de Janeiro, ele tem sua composição atual construída por diversos programas de habitação popular como os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPIs) e a Fundação da Casa Popular. O parque industrial do bairro era bastante significativo, com indústrias como a Remington, a Melhoral, a Pimaco, a Perdigão, a Brasvit e a Eternit. Quanto a origem do seu nome, existe uma grande dúvida entre os moradores do bairro. Existe três versões sobre o ocorrido e não existe consenso sobre os

fatos. Tampouco o encontramos qualquer documentação que comprove as versões apresentadas.

A primeira delas é que seria derivada de uma homenagem a igreja Nossa Senhora de Guadalupe, sendo um pedido pessoal do pároco da igreja à Eurico Gaspar Dutra que tinha ido ao bairro para a inauguração de uma piscina pública. A segunda versão é a mais popular entre os moradores do bairro, nela a Senhora Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas, ao vir entregar algumas chaves de casa oriundas da Fundação da Casa Popular, teria feito a sugestão do nome em homenagem à padroeira da América Latina. A terceira talvez seja a mais intrigante. Ao consultar os arquivos da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, encontramos um livreto no qual continha uma versão para a nomeação do bairro e não era nenhuma das anteriores: uma família católica do bairro, em 1947, procurou os Padres Agostinianos de Nossa Senhora das Graças, Marechal Hermes, para que celebrassem missa em seu lar. No dia 12 de dezembro, festividade de Nossa Senhora de Guadalupe, o Pe. Benedito celebrou essa missa. Ao fazer a anotação no livro de Missas, escreveu assim: "Missa na Capela de Guadalupe".

A escolha em analisar o bairro de Guadalupe se dá pela sua riqueza histórica, muitas vezes invisibilizada na história da cidade e mesmo nos relatos sobre a atuação da Fundação da Casa Popular (FCP). Mesmo tendo recebido o maior número de empreendimentos da FCP, o bairro é pouco mencionado. Duas iniciativas são únicas de Guadalupe: o condomínio Getúlio Vargas e as Casas Iglus, essas últimas só foram construídas em Guadalupe. Entendemos que esses dois locais relativamente próximos apresentam importante significado na discussão sobre habitação social na cidade e mesmo no país, seja pela experiência de uma política de habitação levada a cabo pelo estado com os IAPIs ou a Fundação da Casa Popular, assim como, mais especificamente para o caso de Realengo, a existência de políticas de remoção de favelas não limitadas nas áreas centrais.

Construção de um lado, remoção do outro: o caso de Realengo

As ações do Estado podem ser consideradas enquanto elemento chave para a produção de moradia popular, sobretudo a partir do advento do Estado Novo quando se projeta a imagem do operário como peça importante para o desenvolvimento da nação. Ao mesmo tempo em que essa construção simbólica ganha corpo com a produção de conjuntos habitacionais, como os da FCP em Guadalupe ou o do IAPI em Realengo, por outro lado, nesse último bairro, é possível identificar importante luta por moradia, envolvendo habitantes da favela da Vila do Vintém e os poderes públicos.

Os anos 1940 marcam um intenso debate sobre habitação popular por meio da imprensa. Os jornais comunistas apresentavam grande volume de matérias sobre as condições de moradia dos trabalhadores nas principais cidades brasileiras. Os debates apontavam que o modelo produzido pelo mercado não era suficiente para responder à questão habitacional, sendo necessária a intervenção do Estado na produção e financiamento da casa própria. (BONDUKI,1998).

Esse mesmo autor demonstra que ao mesmo tempo em que engenheiros se empenhavam na indispensável redução dos custos na produção de moradias, profissionais de outras áreas⁶ trabalhavam no sentido de demonstrar que a obtenção de casas dependia também da vontade do trabalhador, devendo esse ser convencido a viver na periferia das cidades, ou seja, segundo essa ideia, era preferível viver em áreas ainda desprovidas de infraestrutura a habitar cortiços ou favelas nas regiões centrais.

O conjunto do IAPI, por exemplo, inaugurado no ano de 1943, pode ser considerado estratégico já que a aquisição de habitação fazia parte de um plano de construção de um universo urbano-industrial. O conjunto de Realengo era fruto do reconhecimento da importância do operário da indústria como peça importante do processo de industrialização (BOTAS,2011). Outro ponto importante sobre a escolha desse bairro como localidade que receberia o conjunto é justamente o es-

forço do Estado em ocupar novos espaços urbanos. Sua construção vinha acompanhada de outros serviços, funcionando como atrativo para os funcionários do instituto.

A Assistência Social deveria abranger um amplo elenco de atividades de cunho recreativo e de auxílio a necessidades diversas como: a escola primária, cursos de alfabetização de adultos, cursos profissionalizantes creches e cursos de puericultura e dietética infantil; festas e divertimentos populares, teatro operário, orfeão infantil e esportes diversos; socorros eventuais como distribuição de roupas, mantimentos e remédios, auxílios para registro de nascimento e expedição de certidões; promoção de concursos de fundo higiênico e educativo; entendimento entre vizinhos, com os patrões, com os sindicatos e outras instituições (...) (BOTAS, 2011, p. 193).

O conjunto construído em Realengo era composto de 2.344 unidades, levando em conta casas e apartamentos. Ficava localizado próximo a linha férrea e das estações de trem de Realengo e Padre Miguel (antiga estação Moça Bonita). Havia uma infraestrutura que contemplava rede de água, luz e esgoto e galeria de águas pluviais, também contava no seu planejamento inicial com serviços de caráter coletivo como escola primária, creche, ambulatório médico, quadra para prática de esportes, um templo católico e um horto florestal (BONDUKI, 1998).



Imagem 1. Propaganda do IAPI em Realengo. Detalhe para a produção do bairro operário, da linha do trem que ligava rapidamente o bairro ao centro da cidade e do aparato de serviços disponíveis aos moradores do conjunto. Fonte: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 20 de set. de 1942, p.23. Edição 222.

O ideário do Estado Novo pretendia forjar consensos em torno da dimensão envolvendo o trabalho, logo, a figura do trabalhador disciplinado e atuando em coesão com o novo regime era não apenas valorizada, mas sobretudo incensada. Assim, nada melhor do que vincular a ética do trabalho a aquisição de moradia, tornando o trabalhador também um proprietário.

Todavia, mesmo que o acesso a moradia tenha contribuído para forjar essa espécie de trabalhador modelo, é preciso compreender que experiências como a do conjunto IAPI não foram suficientes para cobrir o déficit habitacional da época, inclusive porque esse sistema acabava por não contemplar o grande número de trabalhadores informais (GONÇALVES, 2012). Nesse caso, aqueles que estavam fora dessa lógica, aca-

bavam por construir sua própria moradia em atividades que ora eram toleradas, ora eram perseguidas e combatidas pelo próprio Estado.

Se, por um lado, a proposta do conjunto do IAPI situava a ideia do operário como motor da nação, sintetizando o desejo do Estado em ocupar novos territórios, vislumbrando a expansão da cidade rumo aos subúrbios, por outro, no mesmo bairro, a poucos metros de distância, a favela Vila do Vintém⁷ crescia de maneira vertiginosa e se manifestava como a outra face da política pública de moradia do período.

O relatório da SAGMACS⁸ (1960) assinala que a produção de moradias do conjunto de Realengo significou ao mesmo tempo a destruição de outras na Vila do Vintém. Segundo o documento, barracos foram demolidos para a construção dos apartamentos do conjunto IAPI, sendo os moradores transferidos para outros barracos construídos pelo próprio instituto no interior dessa favela. Houve forte reação, já que muitos deles não permaneceram no local, procurando abrigo em instituições filantrópicas. Outro aspecto importante citado por essa pesquisa é que por algum tempo ocorreram boatos de que o IAPI ergueria novas edificações no local, paralisando a melhoria das construções.

O caso da Vila do Vintém nos parece emblemático, já que além da questão envolvendo o conjunto do IAPI, ocorreu entre 1947 e 1955 contínuas tentativas de remoção de seus moradores. Esse caso trouxe consigo uma importante experiência de luta por moradia que envolve aspectos de conflitos e negociações com o poder público, bem como a eleição de outros canais de denúncia como jornais e o judiciário.

Este período também marca a disputa dos favelados por parte de grupos de esquerda e direita, tanto o Partido Comunista Brasileiro (PCB), influente mesmo após a sua cassação, quanto a UDN⁹ compreenderam que a questão envolvendo a favela ganhava os debates de caráter nacional e que seus moradores começavam a se constituir enquanto importante capital político¹⁰. Seria justamente o PCB, por meio do jornal *Tribuna Popular* em 4 de fevereiro de 1947¹¹, que a “mais nova favela do Rio de Janeiro” era apresentada:

A Vila do Vintém é a mais nova das Favelas do Rio de Janeiro. Está nascendo agora. São centenas e centenas de trabalhadores escoraçados da cidade pela crise de moradia. Gente cujo salário insuficiente não lhe permite, sequer, morar numa “cabeça de porco”. Naqueles terrenos que a princípio diziam ser da prefeitura e, agora, já afirmam ter outro dono a viúva Pinheiro Machado, a favela cresce espantosamente com o trabalho diário dos moradores. Não custa nada, é só chegar armar quatro esteios de bambu, cobrir com folhas de zinco e pronto, está construída a nova moradia.

A reportagem da Tribuna Popular ainda chama a atenção para o que denominam de “Crise das Torneiras”, ou seja, o verdadeiro suplício pelos quais passavam os moradores para conseguir água potável. A tribuna popular, a partir de tom bastante crítico ao então Prefeito Hildebrando de Araújo Goes, aponta que problemas similares ocorrem no Morro de São Carlos e na Mangueira e encerra a matéria com uma frase de uma moradora da recém-criada Vila do Vintém: “Essa vida de miséria tem que acabar! Para isso é que existe o Partido Comunista e uma maioria de vereadores do povo na câmara municipal!”.

Todavia, mais precisamente no ano de 1948, o jornalista e futuro governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, escreve uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã* intitulados como “A batalha do Rio”. Em artigo publicado em 09 de maio desse ano, Lacerda aponta para a necessidade de maior atuação do poder público nas favelas visando justamente evitar o aumento da influência comunista nesses lugares.

Melhorar uma favela não é contribuir para mantê-la, desde que melhorá-la significa dar aos seus habitantes melhor oportunidade e possibilidade de comer melhor, de educar-se, de ter mais saúde, etc, dando-lhes assim forças para sair da favela.

Segundo Gonçalves (2013), no caso específico da aposta de Lacerda não se tratava de consolidar as favelas no tecido urbano, mas de fazer algumas concessões, esperando a sua supressão definitiva, ou seja, promover pequenas melhorias visando fortalecer os seus mora-

dores para que eles buscassem o seu futuro fora dali. Neste caso, as favelas eram vistas como um problema, uma espécie de chaga sob a cidade que deveria ser removida o quanto antes.

No plano ideológico, a aposta de Carlos Lacerda por meio da Batalha do Rio de Janeiro, expressava uma preocupação que tinha como base a pretensa ameaça comunista¹² junto às favelas, além de fortalecer o nome do jornalista enquanto principal nome da oposição de direita no Rio de Janeiro, e mesmo em âmbito nacional. O futuro governador da Guanabara se apresenta como alternativa política a influência trabalhista e comunista nas favelas (SILVA, 2005). Nesse caso, também é preciso considerar que a campanha empreendida pela “batalha” acaba por estabelecer uma retórica junto à opinião pública no sentido de legitimar projetos de intervenção e modificação do espaço urbano carioca (OLIVEIRA, 2021).

Nesse bojo e sob influência da campanha levada por Lacerda, a gestão na prefeitura do Rio de Janeiro pelo prefeito Mendes de Moraes (1947-1951) precisa ser levada em consideração. Segundo Lima (1989), foi desenvolvido nessa gestão um plano de erradicação das favelas, incluindo uma tentativa de retorno ao campo por parte dessa população, a transferência de pessoas com mais de 60 anos sem condições de sobrevivência para asilos, a proibição de residência nas favelas para aqueles que ganhassem salários superiores a um salário mínimo e a alocação de favelados contribuintes nos IAPIs.

Logo, uma série de ações começam a atingir a Vila do Vintém, ganhando amplo destaque na imprensa da época. O ano de 1948 iria apresentar-se enquanto início de uma série de tentativas de extinção dessa favela, e a partir dali organizava-se também o momento da resistência dos moradores. A reportagem do Correio da Manhã, de 10 de agosto de 1948, noticia que nessa data representantes da Associação Pró-melhoramentos da Vila do Vintém entravam com um mandado de segurança contra a Prefeitura, uma vez que essa havia mandado derrubar barracos daquela Vila.

As redações dos jornais se configurariam como parte importante da estratégia dos moradores da Vila do Vintém visando a permanência no local. Não foram poucas as vezes em que esses iam diretamente à sede dos periódicos para denunciar as violações das quais estavam sendo vítimas. Um exemplo disso é a reportagem do Diário de Notícias de 7 de agosto de 1948, nela consta que procurou a redação desse jornal uma comissão de moradores com o intuito de reclamar da demolição de seus barracos, mesmo com um mandado de manutenção de posse expedido em favor desses, foram demolidos ao todo 46 barracões com a participação da Polícia Municipal. Os moradores segundo a reportagem tiveram que pedir abrigo na casa dos vizinhos.

Outro ponto importante foi a escolha da Câmara dos Vereadores enquanto tribuna que funcionava como uma espécie de caixa de ressonância das reivindicações dos moradores. Nesse caso, chama atenção um abaixo assinado organizado pelos moradores e lido pelo Vereador Leite de Castro no sentido de pedir providências para que fosse interrompida a derrubada de suas casas, conforme relata o Jornal do Commercio em reportagem de 11 de agosto de 1948.

Os abaixo assinados, moradores da favela Vila do Vintém, em Moça Bonita, vem mui respeitosamente, pedir providências para que cessem a derrubada de seus barracões, dos quais já foram derrubados 46, no dia 4 do corrente por dois choques da Polícia Municipal, e ao mesmo tempo ordenar providências em benefício dos favelados.

A denúncia aos jornais, o apelo ao judiciário e a eleição de representantes passam então a configurar-se como importantes estratégias dos moradores na luta pelo direito a permanecer nos locais eleitos como moradia. Além disso, Silva (2005) aponta que os moradores continuaram com uma prática que obteve êxito desde 1930, ou seja, utilização de canais legais com a obtenção de sentenças favoráveis dos juízes, inserindo a questão da favela no campo legal, focando o seu reconhecimento.

Os anos 1950 marcam um período de constante batalha no campo jurídico-político. É criada no ano de 1955 a CPI das favelas¹³, havendo uma intensa mobilização envolvendo lideranças de diversas localidades do Rio de Janeiro no aspecto da luta por moradia. Neste contexto, e a partir dos trabalhos desenvolvidos pela CPI, é emitido um parecer que decide pela desapropriação do terreno onde se localiza a Vila do Vintém.

Nesse caso, a década de 1950 apresenta uma mudança naquilo que tange as tentativas de erradicação das favelas, à medida que junto com as lutas por moradia que tinham os favelados como protagonistas, começa a tomar vulto uma série de ações judiciais que visavam a reintegração de posse dos terrenos. Logo, com o possível impacto social que remoções poderiam causar em áreas ocupadas por milhares de pessoas, a prefeitura acabava resolvendo por desapropriá-las¹⁴, congelando o conflito de maneira temporária, uma vez que em muitos casos a ausência de pagamento por parte da prefeitura fazia com que a disputa permanecesse por muitos anos (GONÇALVES, 2012).

Por fim, é interessante notar que a ação do Estado nessa região específica da cidade obedece a lógicas contraditórias, mas que estão intimamente interligadas. Essas distintas formas de ação se exemplificam na construção de moradias para os operários no IAPI, ao mesmo tempo em que os moradores da Vila do Vintém tiveram que se organizar para manter suas casas. Neste caso, é preciso considerar que mesmo que condenadas e precariamente toleradas, (GONÇALVES, 2013), as favelas foram se tornando, junto com a produção estatal de moradia dos IAPIs e da Fundação da Casa Popular, uma opção de acesso à casa própria.

O bairro de Guadalupe e a criação da Fundação Casa Popular

Guadalupe é um bairro localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, no extremo do *subúrbio carioca* e é uma das áreas mais pobres da cidade. Apesar da importância do subúrbio para a construção da identidade carioca, ainda é um espaço relativamente pouco trabalhado na reflexão urbana da cidade¹⁵. Normalmente, o termo subúrbio está as-

sociado a uma região localizada nas periferias dos centros urbanos, com alta densidade demográfica e tem sua função social associada à ideia de dormitório dos trabalhadores. O subúrbio, no Rio de Janeiro, não se limita aos pontos acima, mas apresenta também um caráter afetivo e de pertencimento de sua população.

Não existe resolução administrativa definindo territorialmente o subúrbio. Defendemos que apesar de ser geograficamente identificável, o conceito de *subúrbio carioca* é mais amplo do que seus contornos propriamente espaciais. Normalmente, delimita-se espacialmente o *subúrbio carioca*, aqueles bairros situados na Zona Norte do Rio de Janeiro e se encontra dividido por vias de transporte de massa, seja elas os ramais de trens, a linha 2 do metrô ou a Avenida Brasil. Ele é cortado pela linha auxiliar do ramal de trem Belford Roxo e faz divisa com o ramal Deodoro tanto em Marechal Hermes como em Deodoro, mas o trem não é um eixo central de transporte do bairro.

Na tentativa de descrever então o que seria o *subúrbio carioca*, Nelson da Nobrega Fernandes (2011, p.34-35) nos traz sua visão do carioca sobre:

- 1) A posição periférica e extramuros é invariante em sua história, garantindo uma homologia mínima entre a realidade e a palavra, o que é completamente abstraída quando convertida no conceito carioca de subúrbio. Essa perda de sentido, locacional e espacial o insólito aspecto urbano de nossos subúrbios visto por Lima Barreto é uma característica essencial do modo como é usada no Rio de Janeiro;
- 2) O segundo aspecto que conforma o conceito carioca de subúrbio é a sua referência exclusiva e obrigatória para os bairros ferroviários e populares do Rio de Janeiro;
- 3) O terceiro aspecto do conceito carioca de subúrbio consiste na não utilização desta palavra para designar os setores periféricos ocupados e identificados com a classe média e alta.

Segundo Torres (2018), a partir dos anos 40, com a abertura da Avenida Brasil, o fluxo para o subúrbio não era mais guiado apenas pelos “trilhos do trem” ou dos bondes. O bairro de Guadalupe está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, é cortado pela Avenida Brasil e com linhas de trem em suas adjacências. Além disso, a população tem forte pertencimento ao local com grande mobilização para alcançar recursos e serviços coletivos diante da ausência dos poderes públicos no bairro.

Guadalupe está situado a cerca de 11 km do bairro de Realengo e foi também um centro importante de construção de moradias populares. A Fundação da Casa Popular fez do bairro o centro de suas iniciativas em produção de moradia no pós–segunda–guerra¹⁶. O Conjunto Getúlio Vargas, entregue em 1956, é um marco da arquitetura modernista. Ele é composto por 26 blocos e 1314 apartamentos (DINIZ, 2007) e que, como principal destaque, temos o bloco 19, prédio em formato de serpente, semelhante ao famoso Pedregulho, porém, maior, com 350 apartamentos (MANOEL, 2016, p. 7).

Do outro lado da Avenida Brasil, a Fundação da Casa Popular construiu o conjunto Carmela Dutra com 1450 casas e seis tipos de construção: Balão, alumínio, madeira, eternite, de placas de concreto e de alvenaria de tijolos¹⁷. Nesse conjunto de casas, podemos citar um modelo pioneiro e audacioso, as chamadas “casas balão” ou “casas iglus”. Na sua formação original, eram compostas por sala e quarto ou sala e dois quartos, cozinha e banheiro, sendo o único tipo de construção da antiga Rua 3, hoje denominada Calama.



Imagem 2. Casa Balão - Diário de Notícias.
Rio de Janeiro. 18 Jan 1948. p. 30 Edição 07741

Para atingir esse modelo arquitetônico de casa, enchiam um balão de lona plástica e as portas e as janelas eram marcadas com fôrmas de madeira. Após esse processo tudo era revestido por uma tela metálica e recoberto por cimento. Na parte interior da casa tem paredes abauladas, o que faz com que os moradores tenham alguma dificuldade na disposição de móveis. As paredes que dividem os cômodos são retas, mas não chegam ao teto.

O último modelo de habitação popular foram os apartamentos das antigas ruas zero e um. Eles tinham 3 andares, com 2 apartamentos cada. Eram colados um no outro, porém não interligados e ficavam dispostos à margem da Avenida Brasil.

A Fundação da Casa Popular foi o primeiro órgão de âmbito nacional que se dedicou exclusivamente a construção de unidades de habitação popular destinados a população de baixo poder aquisitivo, conforme explica Botas e Koury:

Apenas em 1946 com a Fundação da Casa Popular, que foi criado um órgão federal com fundos unificados e com o único objetivo de produzir moradia urbana e rural para os trabalhadores brasileiros. Seu projeto original previa a reunião dos recursos dispersos nos institutos previdenciários criando, assim, as condições desejáveis para empreender uma política universal fazendo frente à expansão da crise de moradia em meados de 1940 (BOTAS e KOURY, 2014 p. 147-148)

Apesar de fortes investimentos do Estado na construção de habitação social, esses não se manifestaram na implementação de serviços públicos. Acreditamos, assim, que parte da constituição da identidade suburbana de Guadalupe passa também pela perspectiva de estar às margens do Estado.

Em entrevistas realizadas em pesquisa anterior, observa-se muitos relatos de mutirões para levar água, adequar o recolhimento de lixo, construção de escolas e equipamento de saúde¹⁸. Isso tudo permitiu a emergência de movimentos, que levaram a construção de laços sociais importantes. Apesar do bairro ter recebido também projetos habitacionais dos IAPIs e posteriormente do Banco Nacional da Habitação (BNH), entendemos que a compreensão da singularidade da Fundação da Casa Popular passa necessariamente na compreensão do impacto de suas construções no local onde mais recebeu unidades dessa Fundação e foi determinante inclusive para a fundação do bairro de Guadalupe. Tanto em Guadalupe quanto em Realengo, a produção de moradia popular teve um papel central na consolidação do *subúrbio carioca*.

Considerações Finais

A provisão de moradia popular sempre foi um tema central para o desenvolvimento das cidades brasileiras, sobretudo se levarmos em consideração o Rio de Janeiro, então capital federal. No que diz respeito à política de habitação, a virada para os anos 1940 marca uma tentativa de flexibilizar o pacto liberal anterior, colocando o Estado enquanto

indutor das ações nesse campo. Entretanto, esta ação não ocorreu sem problemas e contradições, visto que a entrada do país em um novo estágio urbano-industrial provocava ao mesmo tempo um processo de desenvolvimento que vinha acompanhado de um acirramento da questão social, exigindo novas respostas e formas de intervenção.

As políticas de habitação, expressas nos casos dos IAPIs e da FCP, configuraram-se enquanto importantes iniciativas, sendo o subúrbio palco destas inovações. É preciso considerar que a provisão de moradia popular nesses casos auxiliou na construção de determinada identidade aos bairros de Realengo e Guadalupe.

É interessante sublinhar também que a luta por moradia se manifestava na provisão informal de moradia, como mencionamos no protagonismo de moradores de uma favela da região, a Vila do Vintém. Assim, ao mesmo tempo em que o subúrbio fazia parte de um plano mais amplo de desenvolvimento e de construção de moradias, é preciso considerar que as favelas também cresciam em bairros do subúrbio e suscitavam tensões, como foi o caso da tentativa de remoção da Vila do Vintém.

Este artigo procurou finalmente mostrar como a atuação ambígua do Estado ocorreu tendo o subúrbio como pano de fundo, uma vez que propostas inovadoras como os IAPIs e a Fundação Casa Popular não lograram responder ao déficit habitacional e vieram acompanhadas de um discurso de criminalização de formas informais de produção de moradia. A luta pela permanência dos moradores de favelas não se limitou aos bairros centrais, mas também nos subúrbios cariocas.

Referências

- BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: estação Liberdade. 1998
- BOTAS, N. C. A. *Entre o progresso técnico e a ordem política: Arquitetura e Urbanismo na ação habitacional do IAPI*. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOTAS, N. C. A. e KOURY, A. P. A cidade industrial brasileira e a política habitacional na era Vargas (1930-1954). *URBANA*, V.6, nº 8, jun.2014 – Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina – CIEC/UNICAMP

DINIZ, L. N. *Conjunto Habitacional Presidente Getúlio Vargas: da proposta monumental a sobrevivência nos dias atuais*. O moderno já passado e o passado no moderno, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1227767-Conjunto-habitacional-presidente-getulio-vargas-da-proposta-monumental-a-sobrevivencia-nos-dias-atuais.html>. Acesso em: 2020-05-13

DOCUMENTOS SOBRE A FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR, Getúlio Vargas (GV), c1952.06.00/2, Arquivo CPDOC in <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-a-fundacao-da-casa-popular-contem-informacoes-a-respeito-das-atividades-e-programas-da-entidade-e-estudos-sobre-o-problema-da-hab> - Acesso em 2020-05-20

FELDMAN, S. Entre o Regional e o Metropolitano: Pensamento Urbanístico e Metrôpole no Brasil da década de 1950. *Revista USP*, São Paulo, n. 102, p. 13-22. Junho/Julho/Agosto. 2014 <https://core.ac.uk/download/pdf/268322227.pdf> Acesso em 2021-18-09

FERNANDES, N. da N. *O rapto ideológico da categoria subúrbio*: Rio de Janeiro (1858-1945). Rio de Janeiro: APICURI, 2011.

FRÓES, J.N.S. *Terras Realengas*. Rio de Janeiro: Ciezo, 2004.

GOMES.M. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.

GONÇALVES.R.S. Da política da “contenção” à remoção: Aspectos jurídicos das favelas cariocas. In: *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Mello, M. A. S. [et al.]. Rio de Janeiro: Grammond, 2012.

GONÇALVES, R. S. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Palas: EdPUC, 2013.

LIMA, N. V. T. *O movimento dos favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Rio de Janeiro. 1989. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). IUPERJ, 1989.

MANSUR. A. L. *O velho oeste carioca: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) – Do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibris Libiris, 2009. v. 1.

MANOEL, S. K. *Conjunto Residencial de Deodoro: A Experiência Moderna da Fundação da Casa Popular.*, [s. l.], 2016. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Salua_manoel.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

NASCIMENTO, F. B. do. Lar e família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. *Risco – Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online). 2006

OLIVEIRA, S. S. R. As retóricas da “marginalidade social”: espaço urbano, práticas estatais e políticas nas favelas (1947-1961). In: *Pensado as favelas cariocas: história e questões urbanas*. AMOROSO, M; BRUM, M; GONÇALVES, R (orgs). Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Pallas, 2021

OLIVEIRA, S. S. R; PANDOLFI, D.C. Dr. Margarinos Torres Filho. A formação social nas classes médias e a luta das esquerdas no Rio de Janeiro (1940-1950). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* n.16. 2019

RIBEIRO, R. C. B. *Rizomas suburbanos: possíveis ressignificações do topônimo subúrbio carioca através dos afetos*. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2016.

SAGMACS. (1960). *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. O Estado de S. Paulo. 13 e 15 de abril de 1960. São Paulo.

SILVA, M. L. P. *Favelas cariocas: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

TORRES, P. H. C. "Avenida Brasil – Tudo Passa Quem Não Viu?": formação e ocupação do subúrbio rodoviário no Rio de Janeiro (1930-1960). São Paulo 2018.

VIANNA, C. G. A. *História/Memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

WENCESLAU, C. A. C. *Realengo, meu bem querer*. Rio de Janeiro: Ciezo, 2004.

Notas

- 1 Assistente Social, especialista em Políticas Sociais pela Universidade do Grande Rio e Mestre e Doutorando em Serviço Social pela PUC- Rio, nº Orcid 0000-0003-0960-783X, Email: daniel.ssocial@hotmail.com
- 2 Assistente Social, Mestre e Doutorando em Serviço Social pela PUC-Rio, nº Orcid 0000-0003-1452-342X, Email: henriquedj@hotmail.com

- 3 Assistente Social, Historiadora, Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela PU-C-Rio, nº orcid: 0000-0002-0148-4524, Email: edilmasoares.soares@gmail.com
- 4 Fundação da Casa Popular foi o primeiro órgão de caráter federal a centralizar as iniciativas de construções de habitações de caráter popular no Brasil. Funcionou durante 16 anos (1946 até 1964), sendo a antecessora do Banco Nacional de Habitação (BNH).
- 5 Mais informações sobre o bairro, ver FROES,2004; WENCESLAU, 2004; VIANNA,2010 e BOTAS, 2011.
- 6 O artigo de Nascimento (2006), mostra como agentes sociais, visitantes, recreadores e educadores, todos de nível técnico, surgiam enquanto profissões que atuariam junto aos “desvalidos”. No âmbito do nível superior, as Assistentes Sociais merecem destaque. O trabalho junto aos moradores de favela, sobretudo, tinha um forte apelo moral, considerando que esses deveriam ser educados para que pudessem sair das condições em que se encontravam. Desqualificadas as formas de vida e organização dos favelados, a saída no âmbito habitacional seria o investimento em habitações provisórias, como é o caso dos parques proletários.
- 7 Favela situada às margens da linha férrea, entre os bairros de Realengo e Padre Miguel no município do Rio de Janeiro, mais precisamente na região que hoje é conhecida como Zona Oeste, no subúrbio carioca. A Vila do Vintém abriga, entre outras instituições, as escolas de samba Mocidade Independente de Padre Miguel e Unidos de Padre Miguel.
- 8 Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais, criada pelo Padre Dominicano Francês Louis Joseph Lebrez.
- 9 Sigla para União Democrática Nacional. Fundada em 7 de abril de 1945, caracterizou-se primeiramente pela oposição a Getúlio Vargas e ao Getulismo. Uma de suas características é sua vinculação aos militares, ao mesmo tempo em que representava as aspirações das camadas médias urbanas. Caracterizou-se pelo moralismo, pelo bacharelismo e pela defesa do liberalismo clássico. É extinta na ditadura militar através do ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Grande parte de seus membros ingressou posteriormente na ARENA, partido do governo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.
- 10 Um bom exemplo da favela enquanto palco desta disputa pode ser encontrado no jornal Diário de Notícias, mais precisamente na edição de 12 de agosto de 1949. Diz a reportagem que: Dia 19, em Realengo, na Vila do Vintém, será realizada uma conferência sobre a carestia da vida; na mesma ocasião será fundada a cooperativa do consumo no Centro Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém. Indicar as atuações tanto da UDN, quanto do PCB junto as favelas, não significa

sob hipótese alguma compreender seus moradores enquanto mero objetos de ação, até mesmo porque a ação política destes pode variar de acordo com interesses muito pontuais e/ou imediatos, até uma luta mais organizada em prol de direitos. Portanto, as reivindicações poderiam variar como melhorias a partir da instalação de bicas d'água, processos de urbanização e reconhecimento de posse de suas habitações,

- 11 Todavia, é possível verificar notícias sobre a Vila do Vintém já no final dos anos 1930. Um exemplo disso, é reportagem do Jornal Diário da Noite em 18 de agosto de 1939, relatando um suposto crime na localidade
- 12 Embora Lacerda negasse tal intenção na edição 16921 do Correio da Manhã, ao escrever sobre a batalha.
- 13 A primeira metade dos anos 1950 marca um importante ponto de inflexão envolvendo a luta dos favelados por moradia. Em 1954 é criada a UTF (União dos Trabalhadores Favelados), representando a organização dos moradores contra os despejos e as arbitrariedades cometidas pelo Estado. A UTF surge a partir da mobilização dos moradores frente ação de despejo movido pela Borel Meuron Ltda contra os habitantes do morro do Borel (GOMES,1980). Esta entidade logo ganha um caráter supralocal e passa a orientar a ação de outros favelados na cidade do Rio de Janeiro (LIMA,1989). Neste contexto, o legislativo torna-se uma das principais arenas envolvendo os favelados, proprietários de terras e o Estado. Entre 1947 e 1954 foram produzidos cerca de 23 projetos de lei e mensagens que tinham como interesse a questão das favelas. A CPI das favelas, é, portanto, fruto destas mobilizações. Seu objetivo principal era investigar os despejos e discutir a disputa pela posse dos terrenos. (OLIVEIRA; PANDOLFI, 2019; OLIVEIRA, 2021)
- 14 É o que mostra a reportagem do Correio da Manhã de 9 de outubro de 1955, quando aponta que o Prefeito Alim Pedro decide pela desapropriação da Vila do Vintém mesmo após o Superior Tribunal considerar a apropriação daquela terra por parte dos favelados como “indébita”.
- 15 Apesar de uma reflexão ainda limitada, podemos elencar as seguintes contribuições para a compreensão do subúrbio carioca: FERNANDES 2011, MANOEL 2016, RIBEIRO 2016, TORRES 2018.
- 16 Importante ressaltar que esse quantitativo já colocaria Guadalupe como o terceiro local com o maior número de construções para Fundação da Casa Popular no Brasil.
- 17 Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 11 Set 1946. p. 9 Edição 07326.
- 18 Foram realizadas 18 entrevistas no período de 2020 e 201 no contexto das pesquisas doutorais de um dos autores do presente artigo.

